



Centro Social e Paroquial
MINDELO

RELATÓRIO DE GESTÃO

2023



1. Introdução

O ano de 2023 foi para o Centro Social e Paroquial de Mindelo muito difícil. De facto, boa parte do planeado não foi executado. As questões do quotidiano, sobrepunderam-se às questões estratégicas e, consequentemente, tratou-se muito mais de um ano de continuidade do que de um ano de desenvolvimento. Com o nível de emprego próximo da taxa de desemprego natural, tornou-se muito complexa a contratação das pessoas que os serviços requeriam, da mesma forma que a saída de alguns colaboradores, determinantes e com longa permanência na instituição, têm condicionado a eficácia que a tem caracterizado.

Em 2023 houve cerca de 30% de novas admissões, ainda que, algumas, se dirigiram a colmatar saídas, entradas no mesmo ano. Ora o impacto cultural desta realidade é brutal em qualquer organização, tendo impactos, ainda, não totalmente amortecidos.

Por outro lado, os investimentos previstos no parque de estacionamento e acesso ao adro, não foram passíveis de realização atendendo a que a Câmara Municipal de Vila do Conde, não entregou o projeto, como se havia comprometido, apesar das inúmeras diligências para que tal acontecesse. Igualmente, as obras na cobertura do salão rosa, não foram realizadas porquanto o gabinete de arquitetura, apesar das insistências, não apresentou qualquer solução.

A frota automóvel dedicada ao transporte dos utentes, estando demasiado obsoleta e velha, também não viu qualquer renovação. Efetivamente houve uma candidatura ao PRR para aquisição de uma viatura elétrica de 9 lugares, todavia, só, recentemente, veio a ser aprovada.

Como se admitia no Plano para 2023, a não estabilização do órgão executivo do CSPM, continua a ser um problema, potenciando um futuro incerto e, eventualmente, comprometedor para os diversos interessados na sua existência, incluindo as pessoas que nele trabalham e as famílias que dele precisam.

Por outro lado, no essencial, 2023 foi o ano de todos os recordes: quer em frequências de crianças e mais velhos, quer em termos de resultados. Marcos verdadeiramente assinaláveis que muito orgulham aqueles que, diariamente, se empenham na excelência da organização.

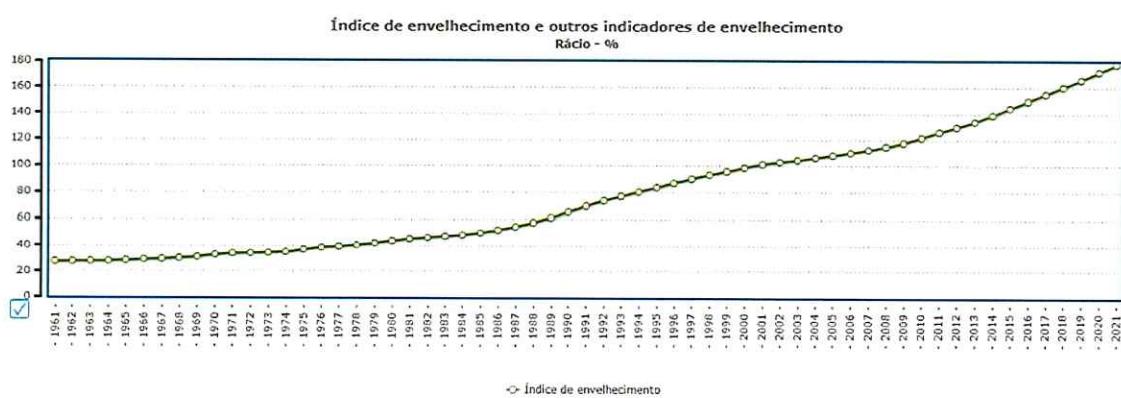


2 – Atividade

2.1 – Área do envelhecimento

“O envelhecimento é uma realidade que a sociedade, teimosamente, continua a tentar ignorar. A crescente longevidade, resultante da investigação médica e de estilos de vida mais saudáveis, faz com que a idade cronológica, não raras vezes, se afaste, significativamente, da idade biológica, psicológica e, mesmo, social. A melhor idade é o tempo em que vivemos as melhores histórias. A vida é uma oportunidade a ser aproveitada, pelo que todo o tempo é tempo de sonhar, renovar e recomeçar.” – Iniciávamos, assim, o relatório do ano transato, nesta área. De facto, o envelhecimento é, provavelmente, o maior desafio que se coloca aos portugueses, na medida em que Portugal é o segundo país da UE com o valor mais elevado da idade média da população, depois de Itália, sendo mesmo o país, cuja população, mais depressa envelhece. Por isso, o Governo português aprovou, em finais de 2023, o “Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável 2023-2026”, através da resolução do Conselho de Ministros 14/2023.

Ao analisarmos o índice de envelhecimento, no gráfico seguinte, percebemos a dimensão do problema com que estamos confrontados e, consequentemente, com a necessidade de encarar de frente este desafio, que não sendo um problema em si mesmo, importa saber lidar com ele.



Felizmente o Centro Social e Paroquial de Mindelo, consciente disso, iniciou um trabalho inovador, mais focado nesta área, em 2020, depois de se ter candidatado e ver aprovada a IIES – Porta 55+ _ Viver os Dias, Combater a Solidão, através da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social.



Todavia, como na generalidade dos projetos financiados no âmbito da União Europeia, o período de 3 anos terminou em junho de 2023 e com ele a IIES. Porém, a Direção do CSPM percebeu que não devia, de todo, deixar “dependuradas” mais de uma centena de beneficiários do projeto, pelo que o decidiu continuar obtendo um apoio financeiro, de 20 000€, da Câmara Municipal, o qual permitiu co-financiar o projeto até finais de 2023. O projeto continua, embora, ainda, não tenhamos recebido qualquer apoio adicional, para o corrente ano. No futuro, pretendemos ir mais longe, estendê-lo às 5 freguesias adjacentes às atuais (Árvore, Mindelo e Vila Chã), esperando, a todo o tempo, a abertura de candidaturas à Portugal Inovação Social. O estudo de impacto realizado por uma instituição universitária assinalava a importância do projeto na vida das pessoas que temos vindo a acompanhar. O envelhecimento, na sua própria residência, é desejado pelas pessoas e essencial ao bem-estar dos mais velhos. Este é o projeto que continuaremos a promover e acarinhar.

As valências de Centro de Dia e de Apoio Domiciliário nunca foram tão frequentadas como no ano de 2023. Passada a Covid, paulatinamente, viemos a ter a “casa cheia”. Embora se verifique uma enorme rotação de utentes, em virtude, essencialmente, da idade e das comorbilidades, sentimos uma grande confiança nos nossos serviços, espelhada no índice de procura maior que a oferta. Desafiante tem sido encontrar colaboradores para esta área. Trata-se, talvez, do trabalho mais complexo, emocional e físico, desta organização. Cuidar de pessoas com demência ou com comorbilidades profundas, designadamente, na higiene e outros cuidados pessoais, é uma tarefa hercúlea. Entre finais de 2022 e 2023, a equipa de geriatria foi substancialmente mudada. Sessenta e seis por cento da equipa é nova, estando a corresponder às necessidades da organização. Importa adotar políticas de retenção destas pessoas, para assegurar, desenvolver e melhorar os cuidados prestados. Necessitamos de aumentar espaços para melhor bem-estar dos utentes, bem como adquirir meios de transporte modernos e adequados às suas fragilidades.

Candidatamos ao programa do PRR “Mobilidade Verde”, a aquisição de uma viatura de 9 lugares elétrica, apesar da oferta de mercado ser pouco atrativa. A seu tempo, tomar-se-á a decisão que parecer mais adequada.



Por tudo o que acabamos de dizer, torna-se evidente focar o envelhecimento, como absolutamente estratégico, não apenas em resultado das necessidades da comunidade, mas, também, para garantir a sustentabilidade e desenvolvimento do CSPM.

O projeto Radar, a desenvolver pela Câmara Municipal, ir-nos-á municiar de informação vital, para uma melhor análise e formulação estratégica desta área de atividade.

2. 2 – Área da Infância

A reputação, notoriedade e excelência que o CSPM alcançou na infância, constituem um orgulho para os seus profissionais. Querer ser “a referência” e tudo fazer para o ser, é difícil e árduo, mas, emocionalmente, recompensador. É por isso que, quando se ouve disparates sobre a instituição e seus profissionais (felizmente um só caso), estes sentem-no muito para além da sua condição, sentem-no como humanos que, diariamente, se empenham em servir, cuidar, desenvolver e ajudar a crescer.

Em dezembro de 2022 o CSPM candidatou ao PRR, o alargamento e requalificação dos berçários, aumentando a capacidade destes para 20 bebés, traduzido num investimento que ultrapassou os 50 000€, cujas obras e seus impactos decorreram em agosto, após consulta prévia, nos termos do código da contratação pública. É um gosto ver o resultado. Dois berçários bem decorados e apetrechados, capazes de dar conforto às crianças que o frequentam e confiança e bem-estar aos seus pais. Em novembro, apesar de estarem em funcionamento desde 1 de setembro, foram “inaugurados” pela senhora ministra da Segurança Social, a qual ficou maravilhada com a qualidade das instalações e com o cuidado e metodologias usadas pelas profissionais.

A creche, passou a ter capacidade para 87 crianças, mais 15% do que no ano anterior, também, por ação, da alteração da legislação, em termos de capacidade por sala. A juntar a estas 87, temos 71 crianças em Pré-Escolar, número nunca antes alcançado, que esgotou por inteiro, toda a capacidade do CSPM.

Destaque-se que as inscrições para a Creche, designadamente para as salas de 1 ano, quadruplicaram a oferta disponível. Naturalmente que muitos pais ficaram desapontados, lamentando nós, profundamente, não podermos servir grande parte. Igualmente, muito lamentamos, não termos tido a capacidade para acolher filhos ou



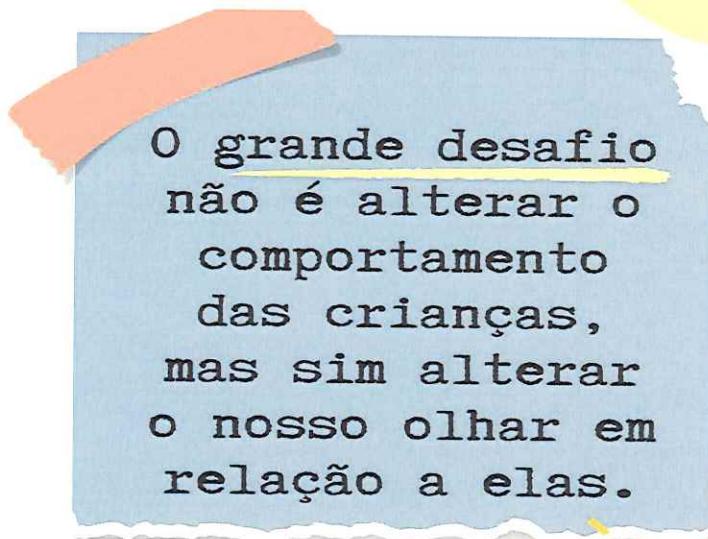
familiares de colaboradores e familiares de dirigentes da instituição, porque prezamos o primado da lei sobre outros, quaisquer, interesses. O mesmo se diga relativamente ao 1º ano do pré-escolar, onde não foi possível acolher algumas crianças, inclusivamente que estavam na Creche do CSPM.

O projeto pedagógico “Sustentabilidade +” norteou muito do trabalho das crianças, educadoras e auxiliares. Os pais participaram em algumas das ações tendo ficado maravilhados com a qualidade e com a intencionalidade pedagógica das mesmas. A brincadeira, continua a ser, uma boa razão para frequentar o Centro Social e cumprir o vasto programa de atividades, em boa medida vertido nas reflexões semanais das Educadoras, partilhadas com os pais, através da plataforma “ChildDiary”.

Momentos altos, também de destacar, foram as divertidas e fabulosas Festa da Primavera, envolvendo as famílias e a comunidade e a Festa de Natal, pela 1ª vez no Teatro Municipal, permitindo que muitos mais familiares pudessem assistir e aplaudir as suas crianças.



Realizamos pela primeira vez a “Escola de Pais” que despertou enorme interesse e, consequentemente, iremos continuar, porque são da maior utilidade para os pais na educação dos seus filhos. Infelizmente, não concretizamos, ainda, a sala multissensorial, o que esperamos fazer a curto prazo.



Já próximo do final do ano o CSPM contratou uma Psicóloga, para, entre outras ações, dar mais foco à área da educação inclusiva, que continuará acompanhada pela Equipa Local de Inserção de Vila do Conde e pelos terapeutas contratados pelos pais das crianças.

O ano letivo, iniciado com reuniões gerais a 1 de setembro, cedo viu algumas das suas Educadoras ficarem de baixa médica, obrigando a contratação de profissionais em regime de substituição, profissão que começa, também, a ter dificuldades no recrutamento, atendendo à escassez, devida à transição do setor privado para o setor público.

Mais uma vez, no início do ano letivo, foram adquiridos novos materiais e equipamentos pedagógicos para as salas, bem como melhoradas parte das instalações dedicadas à sesta das nossas crianças. Melhores e mais modernos recursos físicos, mais e melhor formação para todos os colaboradores da área de infância, entrada de mais colaboradoras e melhor coordenação das equipas, darão os frutos para os quais temos trabalhado: ser a referência, na primeira infância, no concelho de Vila do Conde.



2. 3 – IIES Porta 55+_Viver os Dias, Combater a Solidão

A IIES entrou em 2023 com um prazo à vista: 30 de junho. Esta foi a data em que o financiamento europeu terminou, mas que felizmente, a Direção do CSPM, decidiu continuar, apoiada pela Câmara Municipal de Vila do Conde.

Poder-se-á dizer que este é o melhor projeto que alguma vez o Centro Social promoveu. Foi aquele que maior notoriedade trouxe e foi, de certeza, o que melhor representou a solidariedade, a fraternidade e amizade na comunidade e nos mais vulneráveis.

Em 19 de maio, no Auditório Municipal de Vila do Conde, foram apresentados os resultados da avaliação do impacto, produzidos pelo ISSSPorto, no fórum designado: “InPORTA pensar o futuro: por um envelhecimento + ativo, + saudável, + feliz”. Foi, porventura, o momento mais alto da vida deste projeto, tendo sido assinalado que, de entre os mais de seiscentos projetos apoiados pela Portugal Inovação Social, o Porta 55+_Viver os Dias, Combater a Solidão, estaria no “top five”. Igualmente importante, no domínio do simbólico, foi obtermos do lado dos “embaixadores” que este não seria mais do CSPM, mas sim da comunidade. Mesmo que a Direção do CSPM decidisse não prosseguir, designadamente por razões financeiras, eles mesmos o fariam, porque o seu valor para os beneficiários é absolutamente extraordinário. A Direção do CSPM, atenta



à problemática social da comunidade, avaliou o interesse do mesmo e decidiu continuá-lo esperando que as entidades, privadas e públicas, possam cofinanciá-lo.



Ainda no ano de 2023, o CSPM candidatou este projeto à Segurança Social, através de um novo program “projetos inovadores”. Apesar de, nesta altura, dever já haver decisão, a verdade é que não existe. Continuaremos a aguardar, embora estando a impactar, negativamente, naquilo que era o nosso propósito.

Temos, atualmente, cerca de 100 beneficiários do projeto, entre Utentes e Voluntários, continuando as ações de levar bem-estar àquelas pessoas tão frágeis e vulneráveis. Entretanto, no fim do ano, decidimos nomear uma nova líder da equipa, em virtude da saída da primeira. A ela e a toda a equipa desejamos o maior sucesso.





Salientar, finalmente, que a Assembleia de Freguesia de Mindelo aprovou um voto de louvor, ao CSPM, pelo projeto Porta 55+.

3. Recursos Humanos

Como já indiciamos, em 2023, houve uma quase “revolução” no CSPM. A renovação de pessoas foi na ordem de um terço. As áreas de geriatria e da cozinha foram fustigadas. Pessoas que entravam e saíam, sobretudo, por não se revelarem. Contudo, nesta matéria, no fim do ano, houve uma saída marcante e indesejada, a da Coordenadora-Geral, há alguns anos na função, mas há quinze no CSPM, constituindo, para além da sua enorme competência, a grande memória da instituição, já que, de algum modo, desde cedo assessorou a, então, Diretora do CSPM, até 2018. Mesmo sabendo que não existem insubstituíveis, a saída da Dra. Bianca Varandas, constituiu uma enorme perda para a organização. Pelo seu trabalho, dedicação e competências, expressamos aqui o nosso profundo reconhecimento.

Há já algum tempo que procuramos fazer a sua substituição sem, contudo, encontrarmos a pessoa considerada adequada.

A equipa vem crescendo. Mais clientes, mais utentes, mais e melhores colaboradores. Tem sido muito difícil. O mercado encontra-se em quase pleno emprego, fazendo com que, cada vaga, seja objeto de vários concursos e a oferta de pessoas seja diminuta e de nacionalidades com dificuldades acrescidas de integração.

Os salários continuam a não gerar a atratividade que desejariam, quedando-se, em boa medida, pelo salário mínimo ou próximo disso. Mesmo potenciais colaboradores, com qualificações e competências adequadas a determinadas funções, são, não raras vezes, “descartados” pelo salário requerido. Esta questão continua a ser central no setor social, não se vislumbrando políticas públicas (pelo lado do incremento das participações) capazes de resolver o problema, atirando os trabalhadores deste setor, para franjas da sociedade, não “recomendáveis”. Estes profissionais merecem muito mais.

Não apenas por isso, mas também, continuamos com políticas de valorização das pessoas que trabalham connosco, recompensando o desempenho, seja através de



prémios, seja através de salários por níveis superiores, seja pela formação ou pela atitude de facilitação para resolver questões do foro pessoal em tempo de trabalho.

A área da formação foi, seguramente, aquela em que o investimento relativo foi maior. Estamos absolutamente convencidos que só formando melhor e mais intensamente poderemos obter resultados condizentes com as metas que procuramos alcançar. Por isso, esta continuará a ser central na qualificação das pessoas, sendo certo que a oportunidade deve ser aproveitada para a diferenciação necessária.

4 – Contas

4.1 – Balanço

O ativo cresceu cerca de 175 000€, traduzido, diretamente em disponibilidades, havendo algumas transferências, pouco significativas, no realizável e no imobilizado.

O passivo diminuiu cerca de 90 000€, aumentando, consequentemente, os Fundos patrimoniais em cerca de 265 000€, elevando-se, agora, praticamente, a 2 045 000€. Do ponto de vista patrimonial, o CSPM tem uma situação invejável, capaz de levar por diante investimentos significativos, não colocando em causa o seu equilíbrio financeiro, desde que esses investimentos sejam sustentáveis.

4.2 – Demonstração dos resultados

A conta de exploração dos resultados demonstra o rigor da gestão. Destaque-se, desde já, que as rubricas dos rendimentos não são comparáveis. Efetivamente, depois de há vários anos clamarmos para que as comparticipações do estado, através da Segurança Social, não fossem contabilizadas como subsídios, porque por natureza não o são, em novembro de 2023, a Comissão de Normalização Contabilística tomou a decisão de contabilizar tais verbas na conta 72 – Prestação de Serviços, onde sempre deveria ser contabilizado. Contudo, por aproximação, poderemos dizer que os proveitos terão aumentado cerca de 10% face a 2023. Tal resulta, desde logo, de termos tido um número de frequências em Centro de Dia e Apoio Domiciliário como nunca tivemos, do mesmo modo que, designadamente a partir de setembro, houve um incremento de 14 crianças



a frequentar as valências de Creche e de Pré-Escolar. Por outro lado, houve um aumento da tabela de comparticipações por parte da Segurança Social, destinado a acompanhar a inflação.

O Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas incorpora, em boa medida, o custo com a produção das refeições e, como é sabido, os preços nesta área, mantiveram-se em alta. O crescimento da rubrica foi de 25%, não só em resultado desse aumento de custo, mas, também, do número de refeições servidas.

No que respeita aos fornecimentos e serviços externos e aos gastos com pessoal, a taxa de crescimento foi semelhante, na ordem dos 5,5%. Importa, todavia, sublinhar que, se descontar as indemnizações havidas, com peso expressivo em 2022, o crescimento dos gastos com pessoal seria na ordem dos 8,4%, ou seja, como afirmamos no ponto 3, uma taxa de crescimento claramente de valorização dos salários, atendendo à taxa de inflação de 4,3%.

Todo o empenho e foco colocado na gestão do Centro Social e Paroquial de Mindelo teve como Resultado Líquido o valor de 239 555,46€, um valor nunca antes alcançado.

5. Perspetivas

O nosso foco continuará no CUIDAR e DESENVOLVER, seja no crescimento ou no envelhecimento.

A capacidade encontra-se completamente esgotada, não sendo previsível, no curto/médio prazos aumentá-la, por forma a dar resposta às necessidades. Tanto quanto sabemos, não são previsíveis novas candidaturas ao PRR, Programa de Recuperação e Resiliência, exceto a candidatura à requalificação dos recursos do Serviço de Apoio ao Domicílio e ao programa “Mobilidade Verde”, cujas candidaturas estão abertas, mas nada têm a ver com infraestruturas/aumento de espaços para Centro de Dia, Creche ou Pré-escolar. Admitimos, contudo, que o Portugal 20/30, através do programa regional Norte 2030, possa vir a abrir concursos para alargamento daquelas respostas sociais. Se tal acontecer, seria imperdoável que o CSPM não se candidatasse. O seu órgão de decisão estratégica carece de pessoas que analisem os desafios com que



*YJ
T
Hans Cunha
santos
F*

a sociedade se confronta e tome decisões que resolvam os problemas sociais. É um dever indeclinável dos seus dirigentes.

Por razões completamente alheias à vontade e querer da Direção não foi possível realizar o arranjo urbanístico do parque de estacionamento e ligação ao adro da igreja, uma vez que a Câmara Municipal não apresentou o projeto, como prometido, sendo previsível que a curtíssimo prazo, venha a ser aberto concurso para a sua realização. Igualmente, não foi possível substituir a cobertura do “salão rosa”, em virtude do gabinete de arquitetura não apresentar o projeto encomendado há largos meses.

A Direção do CSPM tudo fará para se candidatar aos Avisos 11 e 12, relativos à requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais – SAD e à Mobilidade Verde Social – CD.

Questão central, também, continua a ser a manutenção do edifício, designadamente o seu exterior, bem como a eficiência energética, sendo desejável substituir toda a caixilharia dos vãos em pvc e vidro duplo.

O alargamento da Creche e a sua enorme procura sugere a reflexão do aumento da oferta do pré-escolar, incluindo, a colocação de um pré-fabricado que responda, no imediato, às necessidades da comunidade.

6. Resultados

A Direção do Centro Social e Paroquial de Mindelo entende que o Resultado Líquido de 239 555,46€ seja transferido para a conta de Resultados Transitados, reforçando, assim, os Fundos Patrimoniais.

Resta-nos agradecer a todos os que, connosco, vão realizando esta nobre função de SERVIR, CUIDAR, DESENVOLVER e TRANSFORMAR. Agradecer, em particular, aos colaboradores que, com brio, zelo, empenho e dedicação, nas valências da Creche, Pré-Escolar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário, bem como nos diversos serviços de apoio, e no projeto Porta 55+_Viver os Dias, Combater a Solidão, dão muito de si para o cumprimento da nossa missão. Agradecer aos Voluntários do Porta 55+, grandes heróis



por levarem bem-estar a pessoas fragilizadas e vulneráveis. Agradecer aos investidores sociais e parceiros do projeto. Agradecer às autarquias, município e freguesia, pela colaboração prestada, à Segurança Social, ao Banco Alimentar e a tantos outros que nos têm apoiado. E, naturalmente, aquelas e aqueles que são a nossa razão de ser: às crianças, aos mais velhos que cuidamos e às famílias de todos.

SERVIR e ser merecedores da vossa confiança é o gosto de toda a instituição.

Muito obrigado a todos. Todos, em conjunto, fazemos a diferença.

Mindelo, 25 de março de 2024

A Direção

Pe. José Emanuel Rodrigues Félix Milheiro Amorim

Pe. José Emanuel Rodrigues Félix Milheiro Amorim (Presidente)

Dr. Joaquim António Pereira Cardoso

Dr. Joaquim António Pereira Cardoso (Vice-Presidente)

Rafaela Azevedo Ribeiro

Dra. Rafaela Azevedo Ribeiro (Secretária)

Manuel Lopes dos Santos

Sr. Manuel Lopes dos Santos (Tesoureiro)

Marco Aurélio Ferreira Campelo

Sr. Marco Aurélio Ferreira Campelo (Vogal)

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE MINDELO

Contribuinte: 503 787 450
Moeda: EUR

BALANÇO do Ano de 2023

Rubricas	Notas	2023	2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	1 189 161,03	1 166 543,30
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Activos Intangíveis	5	85,56	130,86
Investimentos financeiros	12.4	7 965,93	7 041,69
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e Ativos não Correntes		0,00	0,00
		1 197 212,52	1 173 715,85
Activo corrente			
Inventários	6	9 798,20	13 565,56
Clientes	12.1	3 597,17	7 312,93
Estado e outros entes públicos	12.8	6 718,90	5 209,73
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	12.3	4 468,69	4 918,00
Outros activos correntes	12.2	58 130,62	79 063,96
Caixa e depósitos bancários	12.5	982 518,70	804 834,35
		1 065 232,28	914 904,53
		2 262 444,80	2 088 620,38
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVOS			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12.6	155 363,94	155 363,94
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	12.6	1 016 443,81	858 863,66
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos/Outras variações de fundos patrimoniais	12.6	633 466,03	607 750,75
Subsídios ao Investimento	12.6	450 542,31	419 650,45
Doações	12.6	182 923,72	188 100,30
Outras variações		0,00	0,00
	Subtotal	1 805 273,78	1 621 978,35
Resultado líquido do exercício		239 555,46	157 580,15
	Total do capital próprio	2 044 829,24	1 779 558,50
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	12.9	0,00	2 200,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
	Subtotal	0,00	2 200,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	11 684,41	17 580,06
Estado e outros entes públicos	12.8	16 728,89	15 610,59
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamento obtidos	12.9	1 833,36	1 790,63
Diferimentos	12.3	30 200,35	105 966,69
Outros passivos correntes	12.10	157 168,55	165 913,91
	Subtotal	217 615,56	306 861,88
	Total do Passivo	217 615,56	309 061,88
	Total dos fundos patrimoniais e do passivo	2 262 444,80	2 088 620,38

A Direção

R. José Emanuel Rodrigues Góis de Melo, Jr.

Rafaela Aguiar Ribeiro

Manuel Lopes Santos

Hávia Amorim Lourenço Lameira

A Contabilista Certificada

Hávia das Dores Lopes Antunes



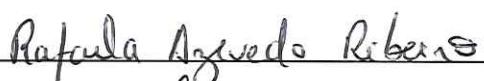
Demonstração de resultados por naturezas

2023

Conta	Rendimentos e Gastos	Notas	2023	2022
Pos	Neg			
71/72	Vendas e serviços prestados	7	1 104 953,45	420 211,04
75	Subsídios à exploração	12,11	114 833,67	672 553,51
73	Variação de Inventários na produção		0,00	0,00
74	Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-90 369,11	-72 499,98
62	Fornecimentos e serviços externos	12,12	-135 277,92	-128 005,97
63	Gastos com pessoal	10	-737 900,36	-699 367,73
7622	Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
7621	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12,14	0,00	-1 167,44
763	Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
7623/8	Imparidade de activos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
77	Aumentos / Reduções de justo valor		0,00	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	12,13	31 009,19	23 668,36
68	Outros gastos e perdas	12,14	-1 579,29	-8 199,97
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		285 669,63	207 191,82
761	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4/5	-45 997,32	-49 495,30
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		239 672,31	157 696,52
79	Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
69	Juros e gastos similares suportados	12,15	-116,85	-116,37
	Resultado antes de impostos		239 555,46	157 580,15
812	Impostos sobre o rendimento do periodo		0,00	0,00
	Resultado liquido do periodo		239 555,46	157 580,15

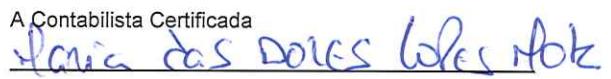
Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Direção



A Contabilista Certificada



*Flávia
Santos
R*

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE MINDELO

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2023

Índice

1. Identificação da Entidade	3
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	3
3.1.Bases de Representação.....	3
3.2.Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4. Ativos Fixos Tangíveis.....	8
5. Ativos Intangíveis.....	9
6. Inventário.....	9
7. Rédito.....	10
8. Subsídios do Governo e Apoios do Governo.....	10
9. Imposto sobre o Rendimento.....	11
10. Benefícios dos empregados.....	11
11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
12. Outras informações.....	11
12.1 Créditos a receber.....	11
12.2 Outros ativos correntes.....	12
12.3 Diferimentos.....	12
12.4 Investimentos Financeiros.....	12
12.5 Caixa e Depósitos Bancários.....	12
12.6 Fundos Patrimoniais.....	13
12.7 Fornecedores.....	13
12.8 Estado e Outros Entes Públicos.....	13
12.9 Financiamentos Obtidos.....	13
12.10 Outros passivos correntes.....	14
12.11 Subsídios, doações e legados à exploração.....	14
12.12 Fornecimentos e serviços externos.....	14
12.13 Outros rendimentos.....	15
12.14 Outros gastos.....	15
12.15 Resultados Financeiros.....	15
12.16 Aumentos / redução de justo valor.....	15
12.17 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos Resultados.....	15
12.18 Acontecimentos após data de Balanço.....	16

*Jo
Francisco
Santos*

1. Identificação da Entidade

O Centro Social e Paroquial de Mindelo é uma pessoa coletiva religiosa reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social, qualificada como Instituição da Igreja Católica, devidamente inscrita no competente registo das IPSS, sob o nº 49/95, fl.82 vº do livro nº 5 das Fundações de Solidariedade Social em 8 de novembro de 1994.

Tem sede na Rua Padre Joaquim Ferreira nº 55, freguesia de Mindelo no concelho de Vila do Conde.

Visa contribuir para a promoção da caridade cristã, da cultura, educação e a integração comunitária e social, na perspetiva dos valores do Evangelho, de todos os habitantes da comunidade onde está situado, especialmente dos mais pobres.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de contas (CC)- Portaria nº 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso nº 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfazendo as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceitual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimento e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

*YR
Jewel
Santos
F.*

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisão, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiência.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores, recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem, na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas uteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11. Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12. Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alteração das políticas contabilistas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não são disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período, cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consiste em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos fixos tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e representação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	5 anos
Equipamento informático	3 anos

A entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam se mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

*P
T
Hans Rumpf
Santos
fj.*



*Henrique
Santos*

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

3.2.4 Investimentos Financeiros

A Lei nº 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação de trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalhador), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as comparticipações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devem ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente à comparticipação do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0.925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.4 Inventários

Os inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Utentes e outras contas a receber

Os “Utentes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros

estimados, descontados á taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data do Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

O custo de transação só pode ser incluído na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurado ao custo menos a perda por imparidade.

À data de relato, a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando a existência da imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são reconhecidos na forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos e bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis, sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiro;
- Fundos acumulados e outro excedente;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos da alínea b) do nº 1 do artº do código do imposto sobre rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas aquelas legalmente equiparadas.

No entanto, o nº3 do referido artigo menciona que "a isenção prevista no nº 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do nº 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmo ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no nº 3 do artº 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do nº 5 do artº 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e as taxas previstas no artº 88.

*Flávio Rangel
Santos
fi.*

Assim, de seguida apresenta-se o seguinte quadro de modo a permitir a compreensão das correções efetuadas, nas contas de Fundos:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	155 363,94		0,00	155 363,94
Resultados Transitados	858 863,66	157 580,15	0,00	1 016 443,81
De Exercícios Anteriores	255 483,30			255 483,30
Ano 2018	20 598,23			20 598,23
Ano 2019	200 252,69			200 252,69
Ano 2020	164 530,73			164 530,73
Ano 2021	217 998,71			217 998,71
Ano 2022		157 580,15		157 580,15
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	658 737,38	0,00	25 271,35	633 466,03
Subsídios atribuídos PIDACC - Edifício	168 917,97		6 484,37	162 433,60
Subsídios atribuídos-Fundo Socorro Social-Obras				0,00
Donativos de Particulares- Edifício	73 659,64		1 980,57	71 679,07
Donativos de Particulares- Outros	0,00		0,00	0,00
Subsídios atribuídos- FEDER ON2	160 012,67		4 094,00	155 918,67
Subsídios atribuídos- FEDER NORTE 2020-REM.CD	17 060,17		2 437,17	14 623,00
PRR-RE-C03-I01-04-000063	50 986,63		5 098,66	45 887,97
Doações	188 100,30		5 176,58	182 923,72
Total	1 672 964,98	157 580,15	25 271,35	1 805 273,78

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e 2022, mostrando os aumentos, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferencias	Saldo final
Terrenos	88 500,00				88 500,00
Edifícios	1 605 204,91	61 419,69			1 666 624,60
Equip. Alojamento Utentes	105 022,33				105 022,33
Equip. Médico Hospitalar	430,00				430,00
Equip. Didático	30 544,00				30 544,00
Equip. Básico - Outro	41 799,76				41 799,76
Veículos Ligeiros	87 848,10	5 000,00			92 848,10
Veículos Mistos	20 460,69				20 460,69
Veículos Pesados	74 011,63				74 011,63
Mobiliário Utensílios Administrativo	3 725,08				3 725,08
Máquinas de Escritório	11 335,69	1 583,30			12 918,99
Equip. Informático	20 494,58				20 494,58
Outros A. F. Tangíveis	22 615,47	448,29			23 063,76
Activo Tangível Bruto	2 111 992,24	68 451,28	0,00		2 180 443,52



Depreciações Acumuladas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Transferencias	Saldo Final
Terrenos					
Edifícios	555 823,22	35 701,45			591 524,67
Equip. Alojamento Utentes	107 130,42	1 010,39	3 118,48		105 022,33
Equip. Médico Hospitalar	430,00				430,00
Equip. Didático	30 544,00				30 544,00
Equip. Básico - Outro	26 766,56	1 052,85	3 118,48		30 937,89
Veículos Ligeiros	87 848,10	104,17			87 952,27
Veículos Mistos	20 460,69				20 460,69
Veículos Pesados	74 011,63				74 011,63
Mobiliário Utensílios Administrativo	7 818,95		4 093,87		3 725,08
Máquinas de Escritório	5 195,40	1 019,83	1 647,73		7 862,96
Equip. Informático	16 362,20		4 132,38		20 494,58
Outros A. F. Tangíveis	13 057,77	5 258,62			18 316,39
Depreciações Acumuladas	945 448,94	44 147,31	16 110,94		991 282,49
Activo Tangível Bruto	1 166 543,30	24 303,97	-16 110,94		1 189 161,03

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferencias	Saldo final
Programa de Computador	3 919,54	118,47			4 038,01
Activo Tangível Bruto	3 919,54	118,47	0,00		4 038,01

Depreciações Acumuladas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Transferencias	Saldo Final
Programa de Computador	3 788,68	163,77			3 952,45
Depreciações Acumuladas	3 788,68	163,77	0,00		3 952,45
Activo Tangível Bruto	130,86	-45,30	0,00		85,56

6 Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Mercadorias	8 572,03	9 193,47
Matérias - Primas, Subsidiárias e de Consumo	1 226,17	4 372,09
Total	9 798,20	13 565,56

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2023	2022
------------	------	------

*Flávia Ribeiro
Sampaio*

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo
Saldo Inicial	4 372,09	1 683,27
Compras	70 150,99	57 608,00
Doações	10 356,42	9 585,31
Saldo Final	1 226,17	4 372,09
Gastos do Período	83 653,33	64 504,49

Movimentos	2023	2022
	Mercadorias	Mercadorias
Saldo Inicial	9 193,47	7 224,96
Compras	6 094,34	9 964,00
Doações		
Saldo Final	8 572,03	9 193,47
Gastos do Período	6 715,78	7 995,49

7 Rérito

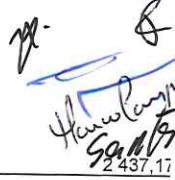
Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réritos:

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
Mercadorias	8 551,90	6 560,40
Vestuário	8 551,90	6 560,40
Prestação de Serviços	1 096 401,55	413 650,64
Mensalidades Utentes	1 055 005,96	388 807,95
Serviços Extras	41 395,59	24 842,69
Total	1 104 953,45	420 211,04

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”

Descrição	Natureza	2023			2022		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS	Não Reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	565 739,28
CM Vila do Conde	Não Reembolsável	0,00	0,00	14 650,00	0,00	0,00	14 081,00
Freguesia de Mindelo	Não Reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IEFP	Não Reembolsável	0,00	0,00	4 654,13	0,00	0,00	11 607,05
Porta 55+	Não Reembolsável	0,00	0,00	71 804,77	0,00	0,00	62 719,07
Adaptar Social +	Não Reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PIDDAC (Edifícios)	Não Reembolsável	168 917,97	0,00	6 484,37	175 402,34	0,00	6 484,37
Fundo Socorro Social	Não Reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEDER - ON 3	Não Reembolsável	160 012,67	0,00	4 094,00	164 106,67	0,00	4 094,00



FEDER - NORTE 2020 REMOD.CD	Não Reembolsável	17 060,17	0,00	2 437,17	19 497,34	0,00	2 437,17
PRR-RE-Aumneto da Creche	Não Reembolsável	50 986,63	0,00	5 098,66			
Total		396 977,44	0,00	109 223,10	359 006,35	0,00	667 161,95

9 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
IRC	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

10 Benefícios dos empregados

São cinco os elementos que compõe o conselho direutivo, não obtendo qualquer contrapartida financeira pelo desempenho das funções atribuídas.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante os exercícios 2023 foi de 44.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários são os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações ao Pessoal	588 365,23	543 295,82
Indemnizações	3 843,82	22 107,06
Encargos sobre as Remunerações	125 445,45	116 966,37
Seguros Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5 862,61	6 308,56
Outros Gastos com o Pessoal	14 383,25	10 689,92
IEFP		
Total	737 900,36	699 367,73

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos de artigo 210º do Código contributivo, publicado pela lei nº 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

12.1 Créditos a receber

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica “créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes C/C		
Utentes	3 597,17	7 312,93
Total	3 597,17	7 312,93



 M.
 Ana Paula
 Santos
 B.

12.2 Outros ativos correntes

A rubrica “Outro ativo corrente” tinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Outros Instrumentos Financeiros	1 000,00	1 000,00
Ativos Financeiros	1 000,00	1 000,00
Fornecedores	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores		
Outras Contas a Receber	57 130,62	78 063,96
Outras Receitas Diferidas	0,00	0,00
Outros Devedores	57 130,62	78 063,96
Total	58 130,62	79 063,96

12.3 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a Reconhecer	4 468,69	4 918,00
Seguros	4 252,21	4 701,55
Outros	216,48	216,45
Rendimentos a Reconhecer	30 200,35	105 966,69
Mensalidades	8 196,32	39 483,71
Outros	22 004,03	66 482,98
Total	34 669,04	110 884,69

12.4 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”

Descrição	2023	2022
Outros Investimentos Financeiros		
FCT	7 965,93	7 041,69
Total	7 965,93	7 041,69

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	1 527,62	686,35
Depósitos à Ordem	980 991,08	804 148,00
Total	982 518,70	804 834,35

*Flávia Campelo
Santos*

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	155 363,94			155 363,94
Resultados Transitados	858 863,66	157 580,15		1 016 443,81
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	607 750,75	50 986,63	25271,35	633 466,03
Total	1 621 978,35	208 566,78	25 271,35	1 805 273,78

12.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Passivo		
Fornecedores C/C	11 684,41	17 580,06
Total	11 684,41	17 580,06

12.8 Estado e Outro Entes Públicos

A rubrica de “Estado e Outro Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Activo		
Imposto sobre o rendimento - IRC	0,00	0,00
IVA a Recuperar	6 748,90	5 209,73
Total	6 748,90	5 209,73
Passivo		
Imposto sobre o rendimento - IRC	0,00	0,00
Retenções na Fonte - IRS	2 218,00	3 125,00
Retenções na Fonte - IRC	3,45	72,45
Iva a Pagar	531,33	257,01
Iva a Recuperar	0,00	0,00
Segurança Social	13 976,11	12 156,13
Outros FCT e FGCT	0,00	0,00
Total	16 728,89	15 610,59

12.9 Financiamentos Obtidos

A rubrica “Financiamentos Obtidos” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Financiamentos Obtidos		
Locações Financeiras	1 833,36	3 990,63
Total	1 833,36	3 990,63



 Flávia Lúcia
 Sampaio

12.10 Outros passivos correntes

A rubrica “Outro passivo corrente” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores de Investimentos	0,00	17 500,00
Fornecedores de Investimentos C/C	0,00	17 500,00
Credores por Acréscimos de Gastos	157 168,55	148 373,44
Remunerações a Liquidar	154 176,10	128 927,57
Outras despesas diferidas	2 992,45	19 445,87
Pessoal	0,00	32,45
Remunerações a pagar	0,00	0,00
Sindicatos	0,00	32,45
Outros Credores	0,00	8,02
Outros	0,00	8,02
Total	157 168,55	165 913,91

12.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	91 108,90	654 146,45
Doações e Heranças - Donativos	23 724,77	18 407,06
Total	114 833,67	672 553,51

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

12.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 dezembro de 2023 e 2022 foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	4 308,49	6 189,02
Serviços Especializados	55 332,27	44 593,63
Materias	14 342,18	7 647,10
Energia e Fluídos	30 025,81	42 112,26
Deslocações, Estadas e Transportes	4 566,77	309,22
Serviços Diversos	26 702,40	27 154,74
Total	135 277,92	128 005,97



12.13 Outros rendimentos

A rubrica “outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	31 004,12	23 658,21
Rendimentos Suplementares	186,94	409,31
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	13,42	40,73
Outros Rendimentos	30 803,76	23 208,17
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	5,07	10,15
Juros Obtidos	5,07	10,15
Total	31 009,19	23 668,36

12.14 Outros gastos

A rubrica de “outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	0,00	0,00
Dividas Incobráveis	0,00	1 167,44
Outros Gastos e Perdas	1 579,29	8 199,97
Total	1 579,29	9 367,41

12.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Gastos de Financiamento		
Juros Suportados	116,85	116,37
Total	116,85	116,37
Resultados Financeiros	116,85	116,37

12.16 Aumentos/reduções de justo valor

Não se verificaram movimentos na Rubrica de Aumentos/Reduções de Justo Valor

12.17 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2023, foi o seguinte:

- Creches: 79
- Pré-escolar: 69
- Centro de dia: 33
- Serviço de Apoio Domiciliário: 31

12.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeira de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Mindelo, 22 de Março de 2024

A Contabilista Certificada

Raquel das Dores Lopes Ribeiro

A Direção

R. José Emanuel Ribeiro Ribeiro

Rafaela Azevedo Ribeiro

Manuel Lopes Santos

Flávia Amélia Ferreira Lourenço



Parecer do Conselho Fiscal

No uso das competências consignadas no artº 26º, designadamente do nº 1, alínea b) dos Estatutos do Centro Social e Paroquial de Mindelo, o Conselho Fiscal, após análise do Relatório e Contas do exercício de 2023, apresentados pela Direção, bem como dos esclarecimentos prestados, com o detalhe necessário, decide emitir o seguinte **parecer**:

- 1 - Que sejam aprovados o Relatório e as Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.
- 2 - Que seja aprovado um voto de louvor e confiança à Direção do Centro Social e Paroquial pelas decisões que vem tomando, garantindo a sustentabilidade e desenvolvimento da instituição e pelo Resultado Líquido alcançado de 239.555,46€.

Mindelo, 26 de Março de 2024

O Conselho Fiscal

António Azevedo Alves

Eng. António de Azevedo Alves

Albino Manuel Azevedo Rafael

Dr. Albino Manuel Azevedo Rafael

António Azevedo Maia

Sr. António Azevedo Maia